



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7157

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

**Autoria:** Guilherme Dias Ramos

**Data:** 07/03/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Autoriza o Poder Executivo a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais, pelo sistema de posteamento de rede de energia elétrica e iluminação pública, de propriedade de concessionária de energia elétrica que os utiliza e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.4      **Posição:** 58      **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Pendentes  
ex: 27.4  
ordem: 58  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Vereador Guilherme Dias Ramos – Guila.

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo a Fixar e Cobrar Preço Público pela Ocupação do Espaço de Solo em Áreas Públicas Municipais pelo Sistema de Postejamento de Rede de energia Elétrica e de Iluminação Pública, de Propriedade da Concessionária de Energia Elétrica que os Utiliza e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 07/03/200
- 2 - Comissão de legislação e Justiça
- 3 - SOBRESTAMENTO POR 15 DIAS EM
- 4 - 18-05-2006
- 5 - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM
- 6 - 06.06.2006
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

As Comissões  
02/03/06

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2006

**Autoriza o Poder Executivo a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais pelo sistema de posteamento de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza e dá outras providências.**

O povo do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Artigo 1º** - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a fixar e a cobrar, mensalmente, preço público relativo à ocupação e uso do solo municipal pelos postes fixados em calçadas e logradouros.

**Parágrafo único** – Para os fins desta Lei, postes são as estruturas de concreto, metal, madeira ou outro material que suportam fios, cabos e equipamentos das redes de energia elétrica, telefonia, iluminação pública, difusão de imagens e sons, entre outras.

**Artigo 2º** - O preço público previsto no artigo 1º será devido pelo proprietário do poste.

**Artigo 3º** - A fixação e a cobrança do preço público previsto nesta Lei a serem efetivadas por decreto do Poder Executivo, deverão considerar a área ocupada pela

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
02/03/2006	
HORA: 17h19	
ASS:	

Guila

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
EPOSTICA  
EM 07 DE MARÇO DE 2006  
PRESIDENTE

É legal e constitucional  
Depois  
A. Silva 080306





# *Câmara Municipal de Montes Claros*

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

base do poste padrão junto ao solo, multiplicada pelo número de postes de cada proprietário existentes em solo público dentro do território do Município.

**Parágrafo Único** – Os valores arrecadados, serão compensados com a ligação da energia elétrica sem custos às famílias carentes.

**Artigo 4º** - O Poder Público Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei, levantará o número de postes existentes no Município, para efeito da apuração da área total de solo ocupado e respectiva cobrança do preço público.


**Parágrafo Único** – O Poder Público Municipal acompanhará a ampliação ou redução da área ocupada pelos postes, autorizando seus cadastros para fins de cobrança mensal do preço público.

**Artigo 5º** - As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 02 de Março de 2006.

  
Guilherme Dias Ramos (Guila)  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 que “Autoriza o Poder Executivo a fixar e cobrar preço público pela ocupação do espaço de solo em áreas públicas municipais pelo sistema de posteamento de rede de energia elétrica e de iluminação pública, de propriedade da concessionária de energia elétrica que os utiliza e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata tanto de matéria orçamentária quanto de concessão municipal, não impõe ao Executivo nenhuma obrigação, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 08 de março de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605